



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios



153
D



Órgão : CONSELHO ESPECIAL
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número : 2013 00 2 029826-0
Impetrante(s) : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA
Informante(s) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Relator : Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR

DESPACHO

Vistos etc.

Reservo-me para apreciar o pedido de liminar após a oitiva da autoridade coatora e do MPDFT.

Ouçá-se a autoridade coatora.

Intime-se, *ex vi* do art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009.

Após, à il. Procuradoria de Justiça.

I.

Brasília - DF, 13 de dezembro de 2013.

Desembargador WALDIR LEÔNCIO C. LOPES JÚNIOR
Relator

adrps



ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

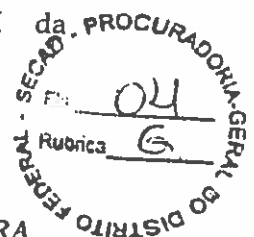
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET
11/12/2013 18:33:05

35045



VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), sociedade empresária nacional, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.091.702/0001-28, com sede na cidade de Brasília/DF, ao SGCV/sul, conjuntos 07 e 08, por seus advogados devidamente constituídos, consoante instrumentos procuratórios anexo, com endereço profissional a SBS, Quadra 02, Edifício Casa de São Paulo, Conj. 408/409, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.078-900, onde devem receber intimações e publicações de estilo, sob pena de nulidade, vem, perante V. Excia., consoante o art. 5º. LXIX da Constituição Federal, impetrar o presente



**MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR INAUDITA ALTERA
PARS**

em face do ato ilegal, com flagrante abuso de poder do **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF**, por meio de sua Secretaria de Estado de Administração Pública (SEAP), na pessoa do Secretário Wilmar Lacerda, e sua Secretaria de Estado de SBS, QUADRA 02, EDIFÍCIO CASA DE SÃO PAULO, CONJS. 408/409, ASA SUL, BRASILIA/DF

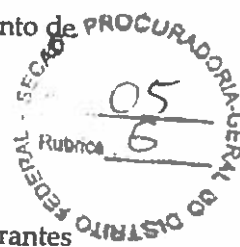
ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

Transportes (STDF), na pessoa do Secretário José Walter Vasquez, que podem ser encontrados, respectivamente, no Anexo do Palácio do Buriti, 6º andar, sala 610 - CEP: 70.075-900(SEAP) e no Anexo do Palácio do Buriti - 15º andar, CEP: 70.075-900 (STDF), na cidade de Brasília/DF, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

1-DOS FATOS

A empresa Autora integra o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF. Em 2011, o Governo do Distrito Federal - GDF, em contrariedade a determinação contida na Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, proposta pelo MP/DF, lançou Edital para licitar as linhas atualmente operadas pela Autora, quando o certame deveria ser para convocar os concessionários a modificarem e adaptarem novas frota a um sistema a ser criado mediante projetos técnicos, que viessem a integrar e melhorar o sistema urbano do Distrito Federal, resta, ainda, sem resposta a exigência técnica do Juízo Cível, aproveita-se da circunstância a administração do Governo do Distrito Federal, para mediante o decreto no. 33.556/2012,(em anexo) sem base legal, exceto uma referencia a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública mencionada, para dispor sobre a expulsão dos concessionários, que de forma legítima e legal mantinham o sistema de atendimento de transporte público à população menos favorecida.

O problema é que tanto a Autora, quanto todas as outras empresas integrantes do STPC/DF, não possuem condições de arcar com as verbas rescisórias dos seus mais de 12 (doze) mil funcionários, de forma açodada, com fundamentos que exigem uma melhor averiguação quanto à legitimidade e a oportunidade dos procedimentos



ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

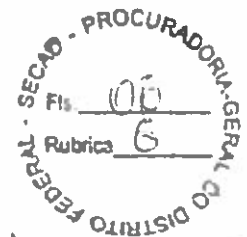
adotados pelo ente público. Os documentos comprobatórios desta afirmação encontram-se na mediação nº 416/2013, que tramita no âmbito da PRT da 10ª Região, onde consta declaração expressa do sindicato patronal neste sentido.

Diante dessa grave situação, em 14 de outubro passado, o GDF, juntamente com as empresas integrantes do STPC/DF, firmou o Termo de Ajustamento de Conduta nº 86/2013, pelo qual o Distrito Federal assumiu o compromisso de quitar as seguintes verbas rescisórias dos funcionários da empresa autora: décimo terceiro salário proporcional, férias vencidas, do último período aquisitivo, completas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional e multa legal do FGTS, aviso prévio e a garantia a proporcionalidade prevista na Lei 12.506/2011.

Para garantir o atendimento dessa obrigação, o GDF promulgou a Lei 5.209, de 30 de outubro de 2013. Nela, o Distrito Federal assume o pagamento das verbas rescisórias diretamente aos empregados contratados pelas empresas que não mais operarão no STPC/DF, sub-rogando-se o direito de crédito.

Registre-se que pela disposição da Lei 5.209/2013, na hipótese da sub-rogação dos créditos, o Distrito Federal deverá adotar as medidas judiciais e administrativas indispensáveis ao ressarcimento do erário distrital, requerendo o bloqueio de bens e direitos ou firmando compromissos destinados à consecução dessa obrigação.

Desse modo, nos termos do compromisso assumido, não houve doação de dinheiro público às empresas privadas, mas inconteste e legítima atuação do GDF em situação de extrema gravidade, cuja prioridade, era evitar o absoluto desamparo dos 12.000 trabalhadores que integram do STPC/DF.

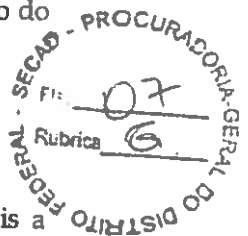


ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

E mais, o GDF adotou medida administrativa de caráter emergencial necessária para impedir o comprometimento, ou ameaça, ao regular funcionamento do sistema de transporte público coletivo.

Apesar disso, a inconstitucionalidade da Lei 5.209/2003 é objeto de discussão no TJDF através das ADIS autuadas sob os números 2013002027529-2 e 2013002027406-4, propostas respectivamente pela Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional DF, e pela Procuradoria Geral de Justiça do DF.

Paralelamente, foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 05 de Novembro de 2013 (nº. 230, pág. 63), Edital de Notificação (em anexo, cópia da pag 63 do DODF.e), para que a empresa impetrante encerre a prestação dos serviços de transporte público coletivo às 23:59h do dia 06 de dezembro de 2013 próximo, quando encerra o prazo da Notificação, no entanto, carece de fidelidade e legitimidade o edital de notificação no. 01/2013, mencionado, por não trazer expressa a referência a lei no.5.209/2013, que é razão de ser do próprio TAC 86/2013, tergiversa do que foi convencionado no documento e impõe o encerramento da atividade laboral dos empregados e o fim da necessária concessão do impetrante, com o aceno duvidoso do Projeto de Lei no. 1668/2013, claudica em erro e abuso de poder.



Trata-se, de forma incontestada, de momento único na história do DF, pois a renovação das operadoras chega a marca de 60%, sendo que nenhuma empresa continuará na mesma região, o que representa, via de consequência, movimentação em 100% das operadoras. Inevitável, pois, a situação de insegurança jurídica tanto das empresas quanto de seus empregados, frente a iminência de declaração de inconstitucionalidade da aprovação da lei que possibilita o pagamento das verbas que, repese-se, vai além da questão do transporte público. O GDF, de forma conjunta com a empresa Autora, os Sindicatos e as demais empresas, na espécie, assumiram a responsabilidade de garantir a ordem pública e o direito de ir e vir.

ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

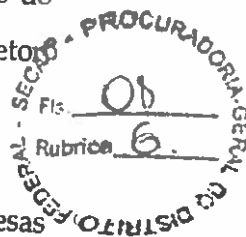
Do exposto, há iminente risco de prejuízo aos trabalhadores da categoria. Uma vez declarada a inconstitucionalidade da Lei 5.209/2003 e encerrada a prestação de serviço de transporte pela empresa, os mais de 3 (três) mil funcionários do impertrante estarão desempregados e sem condições de receber as verbas rescisórias garantidas pelo TAC firmado pelo Governo do Distrito Federal.

1. DO DIREITO

O já mencionado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC - n. 86/2013 foi firmado entre o Ministério Público do Trabalho, o Distrito Federal, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos Interestaduais, Escolares, Turismo e de Transporte de Cargas do Distrito Federal - SITTRATER, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros e das Empresas de Transporte Coletivo Urbano do Distrito Federal - SETRANSP, a empresa Autora e demais empresas do Setor após negociação exaustiva das partes envolvidas.

O objetivo do Termo foi ajustar as obrigações para as novas empresas operadoras do sistema, as obrigações do Distrito Federal, do SITTRATER e das empresas que perderam a licitação e que ficarão fora do sistema - caso da empresa Autora - visando resguardar o serviço de transporte coletivo público, por tratar-se de serviço essencial nas cidades, imprescindível para a vitalidade econômica e social, qualidade de vida e eficiência das cidades modernas, como é de Brasília e todo o entorno do DF, e garantir os direitos trabalhistas dos funcionários. Trata-se, portanto, de matéria cuja repercussão social atinge toda a coletividade do DF.

E é a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu artigo 336, IV, e 337 que outorga poderes ao DF para planejar, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre mediante licitação, os serviços de



ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

transporte coletivo, mantendo-se a obrigação de manter um serviço adequado.
Leia-se:

Art. 336. Compete ao Distrito Federal planejar, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre mediante licitação, os serviços de transporte coletivo, observada a legislação federal, cabendo à lei dispor sobre:

[...]

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Art. 337. Compete ao Poder Público planejar, construir, operar e conservar em condições adequadas de uso e segurança o sistema viário público do Distrito Federal.

Já o art. 340 da Lei Orgânica do Distrito Federal dispõe sobre as garantias dos trabalhadores do setor, incluindo, por óbvio, a responsabilidade do Estado no seu atendimento:

Art. 340. O Poder Público e as empresas operadoras dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal reconhecerão as convenções e acordos coletivos de trabalho, garantindo aos trabalhadores do setor, além dos direitos previstos no art. 7º da Constituição Federal, outros que visem à melhoria da sua condição social.

No mesmo sentido, é o artigo 486, caput, da CLT, in verbis:

" no caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento de indenização que ficará a cargo do governo responsável."

O "caput" do art. 170 CF também traz a valorização do trabalho humano como objetivo de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios constitucionais.



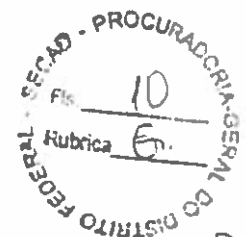
ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

Frise-se por oportuno, que o não pagamento da verba rescisória dos trabalhadores atingidos pelo não cumprimento ao TAC importará no ajuizamento de aproximadamente 12.000 (doze mil) reclamações trabalhistas.

Por todo o exposto, resta absolutamente justificada a responsabilidade do Estado em garantir os pagamentos assumidos no TAC - n. 86/2013, de modo que a continuidade do serviço de transporte coletivo prestado pela empresa requerente é o único meio de assegurar os direitos trabalhista dos mais de 3 (três) mil funcionários, que, de outro modo, restarão desempregados e sem condições de receber as verbas suas verbas rescisórias.

Há que se observar, ainda, o fato de que todos os atos administrativos e jurídicos (leis, decretos, etc), que deram origem a licitação, inquinada de nulidade, estão sob a égide da respeitável sentença cível (em anexo), consertada pela oposição dos embargos de declaração (em anexo), e em fase de apelação com seu duplo efeito, **exceto quanto à apresentação do repositório técnico exigido, QUE NÃO FOI APRESENTADO, ATÉ A PRESENTE DATA** e, portanto, longe de ser resolvido o imbróglio.

A sentença cível é claramente nula, pois a sua parte dispositiva não se coaduna com a sua motivação, **o Juízo prolator da sentença na Ação Civil Pública, ao motivar a sentença e ao consertá-la nos embargos afirma ser o pedido dos autores a restauração das frotas dos veículos em circulação, diz mais, que não há sequer, um aparente interesse pela licitação (observar julgamento dos embargos de declaração opostos contra a sentença de mérito),** no entanto ao seu talante determina não o que foi pedido, mas aquilo que acha conveniente e oportuno, expressa sentença *extra petita*, contrariando o seu fundamento de julgar, ofensa ao disposto no art. 93, IX da Constituição Federal e a inteligência do art. 458 do CPC.



2. DA LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS: FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA

O art. 273 do CPC autoriza o juiz a conceder "*in limine lites*" medida liminar para antecipar os efeitos da tutela. Dois são os requisitos legais: a prova inequívoca representada pela verossimilhança das alegações (*fumus boni iuris*) e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

Registre-se, por oportuno, que as medidas de urgência, sejam cautelares ou antecipatórias, integram a tutela jurisdicional como condição de sua efetividade. Assim, quando presentes os requisitos legais, surge o direito subjetivo da parte em recebê-las como parcela do direito cívico de ação.

Na verdade, verificados os pressupostos inscritos no art. 273 do CPC, impõe-se ao juiz conceder, de imediato, a garantia pleiteada, de maneira que nem mesmo se admite a subordinação de sua eficácia à prestação de caução.

O risco iminente e irremediável de provocar a demissão em massa e sem o pagamento das verbas rescisórias de todos os funcionários da empresa requerente provocará um **DANO COLETIVO, FATO QUE JÁ ESTÁ OCORRENDO COM O CUMPRIMENTO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 01/2013 da Secretaria de Estado de Transportes**, em anexo, famílias inteiras ficarão desamparadas da noite para o dia. O Estado tem a obrigação de cumprir o compromisso assumido, de modo que os funcionários da autora tenham suas rescisões imediatamente garantidas ou, caso assim não ocorra, que os mesmos permaneçam prestando o serviço até que seja ultimado o julgamento das ADI's nº 2013002027529-2 e 2013002027406-4 e mais o erro trazido na notificação publicada, com a inclusão de um Projeto de Lei de no. 1668/2013 que não possui caráter inibitório, pois a ninguém cabe obrigar exceto por força de lei, conforme dispõe o art. 5º. II da Constituição Federal, ato que não se configura

ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

no Edital de Notificação no. 01/2013, publicado no D.O. do Distrito Federal de no. 230, em pág. 63(anexo).

Lado outro, o *periculum in mora* acha-se igualmente caracterizado, porquanto, a medida perseguida visa proteger direito dos empregados ao recebimento das referidas parcelas, cujo valor, além de sua indiscutível NATUREZA ALIMENTAR, representa importante recurso para os quais os empregados já contavam com o recebimento, inclusive, assumindo dívidas e obrigações perante terceiros, de maneira que, o descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta pela entidade ré, provocará sérios e relevantes prejuízos à categoria, haja vista a expressividade do montante envolvido.

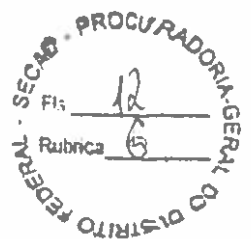
Patente, pois, o perigo da demora.

Por todo o exposto, pugna o impetrante que Vossa Excia, conceda o remédio extremis e Determine "*inaudita altera pars*", a suspensão da eficácia da NOTIFICAÇÃO Nº 01/2013, obrigando o Governo do Distrito Federal a manter a empresa requerente na prestação dos serviços de transporte coletivos nos termos atualmente existentes, até que advenha decisão definitiva o julgamento das ADI's nº. nº 2013002027529-2 e 2013002027406-4, ou que tenha reformulado o seu conteúdo, republicando nova data para cumprimento do determinando, não mais com base em um projeto de lei, mas sim na própria lei, se assim resolver.

IV - DOS PEDIDOS

Isso posto, evidenciado o direito da Empresa Postulante, o ato arbitrário e ilegal do Governo do Distrito Federal e a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requer a impetrante:

SBS, QUADRA 02, EDIFÍCIO CASA DE SÃO PAULO, CONJS. 408/409, ASA SUL, BRASILIA/DF



ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

1) a concessão de medida liminar antecipatória dos efeitos da tutela, em caráter de urgência, sem oitiva da parte contrária, pelas inúmeras razões apresentadas, para compelir a ré a suspender da eficácia da NOTIFICAÇÃO Nº01/2013 obrigando o Governo do Distrito Federal a manter a empresa requerente na prestação dos serviços de transporte coletivos nos termos atualmente existentes, até que advenha decisão definitiva o julgamento das ADI's nº. nº 2013002027529-2 e 2013002027406-4, ou se for o caso, o conserto da notificação e nova data de publicação retificada, nos termos da lei e não de projeto de lei .

2) a procedência da ação em definitivo para, confirmando a liminar nos termos acima expendidos:

2.1) declarar, abusiva e ilegal o descumprimento dos compromissos assumidos no Termo de Ajustamento de Conduta nº. 86/2013 e/ou os termos da notificação, com a sua necessária republicação.

2.2) condenar a ré na obrigação de pagar as verbas rescisórias previstas na Cláusula do TAC firmado entre as partes em 14/10/2013.

2.3) condenar a promovida na obrigação de pagar o ônus da sucumbência, representado pelas custas processuais e pelos honorários advocatícios, fixados na ordem de 20% sobre o valor da condenação, em apreciação equitativa do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, observada, porém, a verba mínima prevista na tabela de honorários advocatícios organizada do Conselho Seccional da OAB - Pernambuco, nos termos do art. 22, § 2º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94).

3) a citação da ré para, querendo, ofertar resposta, no prazo legal, com as advertências de estilo.

4) a intervenção do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho.

Protesta em provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial, a prova documental, juntada posterior de documentos, sob as penas da lei.



ANTONIO AMARAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00(hum mil reais).

P. Deferimento

Brasília, 11 de dezembro de 2013.


Dr. Antonio Amaral Junior

OAB/DF no. 2.169/A.


Dra. Flavia Dias Amaral

OAB/DF no. 27.132



Processo: 10242-8/2001

DECISÃO

Vistos e etc.

Da sentença de fls. 538/550, na qual julguei procedentes os pedidos do Ministério Público e concedi antecipação de tutela para a realização de licitação para o Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Distrito Federal, as partes apresentaram Embargos de Declaração.

O Ministério Público, autor da ação, às fls. 571/573, alegou que haveria obscuridade na sentença porque pediu a licitação das frotas e não das linhas conforme constou da decisão. Em segundo lugar, alegou que solicitou a realização de estudo para que o processo de licitação pudesse ser deflagrado, só que na sentença houve menção de que os estudos estavam feitos e que o processo licitatório deveria ser deflagrado, quando os estudos estariam totalmente defasados. Por isso, requerem o acolhimento dos embargos, com efeito modificativo, para que seja feito novo estudo e que a licitação se realize conforme necessidade atual.

O DF e o DFTRANS, réus na ação, apresentaram os embargos de fls. 607/611, repetiram os questionamentos acima do Ministério Público e acrescentaram que os prazos fixados para início e fim da licitação não constaram do pedido inicial, o que deveria ser revisto. Pediram o acolhimento para sanar a contradição quanto à fixação dos prazos porque eles não foram pedidos pelo Ministério Público.

O SETRANS/DF também aviou embargos às fls. 643/659. Em primeiro lugar, alegou que o fato de a decisão ter imposto aos réus a obrigação de fazer interferiria na separação dos poderes, ofendendo o art. 2º da Constituição Federal, sendo que o signatário não teria apresentado o fundamento legal para tal interferência.

Em segundo lugar alega que a sentença seria nula por não ter admitido a formação de litisconsórcio passivo obrigatório entre todas as empresas do sistema.

Em terceiro lugar fula em interferência do judiciário quanto ao mérito do ato administrativo, quando determinou a realização de atos em determinado tempo, haja vista que as concessões seriam inatingíveis, porque concedidas com base em leis passadas, estando amparadas pelo ato jurídico perfeito.

Em quarto lugar alegou fato superveniente, que seriam a Lei Distrital 3.229/2003, o Decreto 26029/2005 e a Resolução n. 118/2005, cujas

SEÇÃO - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
F. _____
Rubrica _____



normas prorrogariam as concessões até 2012, de modo que seria impossível a realização licitação como determinado. Pediu o acolhimento dos embargos para reformar a decisão, julgando totalmente improcedentes os pedidos iniciais.

Relatei. Decido.

Cabíveis e tempestivos conheço dos embargos.

No que se refere aos questionamentos do Ministério Público, entendo que eles até podem ser acolhidos, porém deixo registrar que ele não se coaduna com a preocupação mostrada ao signatário pelas Ilustres Procuradoras (fls. 306), que estiveram em meu gabinete uns 30 dias antes da prolação da sentença pedindo sua urgência, porque queriam legalizar o sistema. Ai prolatei a sentença, a qual é clara, precisa e dentro do ordenamento jurídico, só que vieram os embargos suscitados por outro ilustre representante do Ministério Público, pedindo a modificação do que foi decidido, porque haveria necessidade de novos estudos e adequação à situação atual.

Com relação à eventual obscuridade entre o que foi pedido e o concedido, embora a decisão seja clara, entendo que ela deve ser modificada em parte porque esse é o interesse das partes. Observo que, aparentemente, não há interesse na realização da licitação, só que não revogarei a antecipação de tutela que deferi, porque ela atende ao interesse público. Ela apenas será modificada como permite o art. 273, § 4º, do Código de Processo Civil, a fim de que sejam feitos novos estudos para que a licitação possa ser realizada no prazo que fixei e, embora não seja o pedido pelo Ministério Público, é razoável.

Observo que a minha decisão é clara quanto ao que deve ser lícitado, só que o pedido do Ministério Público se referia à frota e não à linha, o que deve ser modificado, também por ser interesse das partes. No dispositivo transcreverei a literalidade do pedido para que não venha nova arguição.

Note-se que, com relação aos pedidos antecipatórios, eles foram decididos de acordo com os requerimentos constantes da inicial e o prazo fixado para a realização da licitação ora o razoável, por isso falta razão e fundamento aos questionamentos a mais feitos pelo Distrito Federal e pelo DFTRANS, já que a Lei 2.560/2000, estabeleceu que a licitação seria deflagrada logo após os estudos técnicos, os quais deveriam ser realizados em 240 dias. Assim, quando do ajuizamento da ação, tal prazo tinha transcorrido, motivo pelo qual, certamente, o Ministério Público pediu que se deferisse medida antecipatória a fim de que os estudos fossem feitos em 120 dias e mais 120 dias para promover a licitação.



698

licitação, ainda que a desídia dos órgãos públicos despreze expressa disposição constitucional.

Cabendo somente aos órgãos públicos a obrigação constitucional de realizar a licitação, o alegado litisconsórcio obrigatório inexistente. Eventual comunhão de interesses entre o administrador e as empresas não é o bastante para confirmar a existência do litisconsórcio, por estarmos falando em interesse público e não em interesse privado. Fosse assim, toda a população que utiliza o transporte coletivo, porque é quem mantém as empresas com o pagamento de passagens, deveria ser chamada aos autos, porque seus interesses certamente estariam sendo atingidos. Por certo, o interesse da população consumidora do serviço é o de que a licitação aconteça e que exista concorrência entre as empresas, a fim de que possa ser beneficiada. Em face do exposto, rejeito as questões processuais postas pelo SETRANSP/DF".

Por isso, inexistente omissão e nulidade da sentença. Se admitíssemos que fosse caso de formação de litisconsórcio, mesmo assim seria dispensável a citação dos filiados da ré, porque os interesses de todos os sindicalizados estavam sendo defendidos pelo Sindicato. Ademais, conforme consta da fundamentação que rejeitei a preliminar, o que se buscou na ação civil pública foi obrigar, aquele tinha o dever, realizar a licitação, de modo que é totalmente desarrazoado juridicamente o interesse do Sindicato na formação do litisconsórcio.

Com o devido respeito aos argumentos do sindicato, eles só merecem comentários em homenagem ao princípio da ampla defesa, porque a intenção na formação do litisconsórcio, sem sombra de dúvidas, é atrasar até mesmo a formação da relação processual ou, quem sabe, de tudo fazer para evitar a decisão do poder judiciário e, no final das contas, inviabilizar a ação como um todo, a fim de que não houvesse decisão jurídica para que as coisas fossem resolvidas politicamente.

É de ser mencionado, ainda, conforme se observa do pedido de ingresso na ação feito pelo Sindicato (fls. 384/399), que ele veio defendendo todos os seus filiados. Confira-se:

"De início cumpre frisar a legitimidade do Sindicato, órgão de classe patronal fundado com a intenção de defender e preservar os direitos das empresas filiadas. Decerto o objeto da presente ação interfere de modo drástico na atividade econômica desenvolvida pelos filiados ao SETRANSP, fazendo exsurgir, pois, sua legitimidade como patente e indiscutível" (fls. 385).

Ai, mesmo que fosse caso de formação de litisconsórcio, que não é a hipótese dos autos, a citação dos filiados seria dispensável, porque o Sindicato pediu o seu ingresso no feito defendendo o interesse deles. Outro não é o entendimento da jurisprudência.



PROCURADORIA GERAL
56
6
Rubrica

Por isso, a alegação de que teria havido erro na sentença fixando prazos, quando não haveria podido nesse sentido, é de todo sem sustentação. Para tanto, basta ler os requerimentos de fls. 46/49.

Sem razão a primeira impugnação do Sindicato. O fato de o magistrado impor ao administrador a obrigação de cumprir a lei não importa em violação ao art. 2º da Constituição Federal. É que o legislativo elaborou a lei e fixou prazos para que as regularizações fossem feitas, o que não aconteceu.

Al, o fiscal da lei manejou o remédio jurídico correto para que o Administrador fosse compelido a cumprir o comando legal e tudo foi feito dentro dos princípios que regem o estado democrático do direito, porque, do contrário, a ilegalidade por aquele que deveria executar a lei se perpetuaria, o que parece ser o interesse das empresas que fazem parte do sistema. Ora, se não se cumpre a lei, e o princípio constitucional de acesso à jurisdição é inafastável, não há que se falar em interferência do judiciário no executivo em caso como o dos autos.

Ao rejeitar preliminar no mesmo sentido deixei consignado que:

"O Ministério Público, conforme art. 129, I e III, da Constituição Federal e art. 5º, "Caput", da Lei n. 7.437/85, tem legitimidade para propor a presente ação, velando pelo patrimônio público e em defesa do consumidor. A legitimação para agir, de consequência, afasta a alegação de ilegitimidade.

O caso dos autos confirma a necessidade e a utilidade da ação, visto que o administrador não cumpriu a Constituição Federal e as leis que regem a matéria, deixando de realizar a licitação imposta pela norma. Nessa hipótese, de inadiplência executiva, pode o fiscal da lei provocar a jurisdição para que imponha, a quem tem o dever legal de agir, a obrigação de cumprir a lei. O pedido, como se nota, na forma do art. 3º da Lei n. 7.347/85 ("A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer") é, portanto, juridicamente possível de ser atendido".

Nessa linha, o entendimento do TJDF.

"Classe do Processo : 20060110704275APC DF

Registro do Acórdão Número : 321718

Data de Julgamento : 23/07/2008

Órgão Julgador : 4ª Turma Cível

Relator : MARIA BEATRIZ PARRILHA

Publicação no DJU: 22/09/2008 Pág. : 117
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PACIENTE ACOMETIDO DE DOENÇA GRAVE. NECESSIDADE DE INTERNAÇÃO EM UTI. CARÊNCIA DE RECURSOS. PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS NECESSITADOS. DEVER DO ESTADO. PRINCÍPIO DA RESERVA

DO POSSÍVEL INAPLICABILIDADE, OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

1. É POSICIONAMENTO PACÍFICO DESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA O RECONHECIMENTO DO DIREITO DO PACIENTE CARENTE, ACOMETIDO DE DOENÇA GRAVE E EM IMINENTE RISCO DE VIDA, DE SER INTERNADO EM UTI DE HOSPITAL PARTICULAR, ENQUANTO NÃO DISPONÍVEL LEITO NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE, ÀS EXPENSAS DO ESTADO.

2. O DIREITO À SAÚDE FOI ELEVADO À CONDIÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL PELA CARTA POLÍTICA DE 1988, COMPREENDENDO QUE A VIDA HUMANA É UM BEM SUPREMO.

3. O DIREITO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO À SAÚDE NÃO PODE SER RECUSADO ANTE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL, POIS A OMISSÃO ESTATAL, SEM JUSTO MOTIVO, EM DESRESPEITO AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS, NÃO PODE TRIUNFAR SOBRE O DIREITO CONSTITUCIONAL MÍNIMO À VIDA E À SAÚDE, CONFERIDO AOS INDIVÍDUOS PELA NORMA FUNDAMENTAL.

4. TAMBÉM NÃO HÁ QUE SE FALAR EM INGERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NAS FUNÇÕES PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DE SEPARAÇÃO DE PODERES, POIS EM CASO DE MALFERIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, MORMENTE EM SE TRATANDO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E MEDIANTE PROVOCADO DO INTERESSADO, CABE AO PODER JUDICIÁRIO DETERMINAR A APLICAÇÃO DA LEI, QUE, NO CASO, SE RESUME À DETERMINAÇÃO AO DISTRITO FEDERAL DE CUMPRIR SEU PAPEL DE FORNECER O MÍNIMO NECESSÁRIO À SOBREVIVÊNCIA DOS CIDADÃOS.

5. REMESSA OFICIAL E RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO PROVIDOS.

O segundo questionamento é outra impropriedade alegada pelo Sindicato quando afirma que a sentença seria nula por não ter admitido a formação de litisconsórcio passivo obrigatório entre todas as empresas do sistema. Tal ponto foi enfrentado na sentença nos seguintes termos:

"Também não é o caso de formação de formação de litisconsórcio necessário, principalmente em relação a entes privados, haja vista que não cabe às empresas do sistema de transporte público praticar nenhum ato destinado à realização da licitação. Elas não têm competência para o ato e ação tem por objeto obrigar o ente público a realizar a concorrência. Sobressai das alegações, sem dúvidas, que as empresas que exploram os serviços não têm interesse na realização de

Classe do Processo : 20070020004360MSG DF
Registro do Acórdão Número : 278705
Data de Julgamento : 31/07/2007
Órgão Julgador : Conselho Especial
Relator : ROMÃO O. OLIVEIRA
Publicação no DJU : 24/09/2007 Pág. : 85
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)
Ementa

MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE FACULTA AO IMPETRANTE PROMOVER A CITAÇÃO DE LITISCONSORTES NECESSÁRIOS. NÃO PROVIMENTO.

SE O SINDICATO NÃO REQUEREU O INGRESSO NO FEITO PARA A DEFESA DOS SEUS AFILIADOS, CUMPRE AO IMPETRANTE PROMOVER A CITAÇÃO DAS PESSOAS QUE, EM TESE, HÃO DE SER AFETADAS COM A EVENTUAL CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

O terceiro questionamento, que fala em interferência do judiciário quanto ao mérito do ato administrativo quando determinou a realização de atos em determinado tempo, haja vista que as concessões seriam inatingíveis, porque concedidas com base em leis passadas e amparadas pelo ato jurídico perfeito, também não tem qualquer sustentação. É que não há direito adquirido contra texto constitucional.

*Supremo Tribunal Federal Número: RE 94414 / SP. SÃO PAULO. Descrição da Classe: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator: Min. MOREIRA ALVES. Data de Julgamento: 13/02/1985. Órgão Julgador: Tribunal Pleno Data de Publicação: DJ 19/04/1985, PP/05458, EMENT VOL/01374/02 PP/00217, RTJ VOL-00114-01, PP-00237.

Ementa:

-MAGISTRADO. INCIDENCIA IMEDIATA DA PROIBIÇÃO CONTIDA NO ARTIGO 114, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 71/71. NÃO HÁ DIREITO ADQUIRIDO CONTRA TEXTO CONSTITUCIONAL, RESENTE ELE DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO, OU DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO. PRECEDENTES DO S.T.F. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO.

O julgado acima se enquadra perfeitamente no caso dos autos, tendo em vista que as concessões foram outorgadas antes da Constituição Federal de 1988 e com a nova ordem constitucional elas foram totalmente modificadas.

Ademais, foi a própria Constituição de 1988 que previu a extinção de todas as concessões sem licitação e impôs a sua realização. Isto também ficou bem claro na sentença. Confira-se:

"A Constituição Federal de 1988, em seu art. 175, estabelece a obrigatoriedade de licitação para a concessão dos serviços públicos, tendo a Lei Federal 8.987/95, no art. 43, extinguido, de pleno

direito, todas as outorgas concedidas antes da entrada em vigor da Lei Maior. Assim, aquelas empresas que desenvolviam suas atividades por intermédio de outorgas tiveram quase uma década para se adaptar, programar e poder participar das obrigatórias licitações, sendo que agora já se passaram 20 anos da entrada em vigor da Constituição Federal e o Poder Executivo do Distrito Federal não realizou a licitação para todas as linhas necessárias à existência de um transporte público de qualidade, competitivo, de preços módicos e etc.

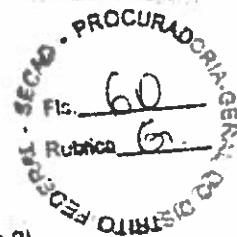
O Distrito Federal não cumpriu a Constituição, não cumpriu a lei federal que regulamentou o regime de concessão e permissões dos serviços públicos e olvidou a lei local, do ano de 2000, que estabeleceu o prazo de até 280 dias para deflagrar o processo de licitação.

A regra constitucional (legal) é a de que a contratação com o serviço público ou a concessão de exploração de serviços públicos é feita por meio de licitação, restando claro nos autos que a maior parte dos ônibus que exploram o transporte público no Distrito Federal o faz sem ter sido selecionado por meio de licitação, ou seja, suas concessões são precárias, estão caducas e devem ser consideradas ilegais.

No caso dos autos, nem existe lugar para falar em discricionariedade da Administração em conceder autorização, sem licitação, para exploração dos serviços de transporte, já que tais concessões afrontam a norma constitucional. Por isso, mais do que sem razão a argumentação dos réus de que agiram daquela forma por interesse público. Tal interesse restará preservado com o cumprimento da lei maior, que manda realizar a licitação.

Por isso, não há que se falar em interferência no mérito do ato administrativo, nem em ato jurídico perfeito e muito menos em direito adquirido. Outro não é o entendimento do TJDF a respeito da necessidade de se realizar a licitação para concessão de transporte público.

Classe do Processo : 20070020058322MSG DF
Registro do Acórdão Número : 287483
Data da Julgamento : 04/09/2007
Órgão Julgador : Conselho Especial
Relator : LECIR MANOEL DA LUZ
Publicação no DJU : 06/12/2007 Pág. : 79
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)



Ementa

MANDADO DE SEGURANÇA - CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO DE CONDOMÍNIOS DO DISTRITO FEDERAL/STPAC - REVOGAÇÃO DE PERMISSÕES PELA PORTARIA N.º 37/07 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DF - ALCANCE DE DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS PELO TJDF - NATUREZA JURÍDICA DAS PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO - INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 42, § 2.º DA LEI FEDERAL N.º 8.987/85, REGULADORA DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE EXECUÇÃO DE

SERVIÇOS PÚBLICOS - OBRIGATORIEDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - ORDEM DENEGADA - UNÂNIME.

I - NO JULGAMENTO DA ADI N.º 8994-0/2003, O EG. CONSELHO ESPECIAL DESTES TRIBUNAL DECLAROU A INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS DAS LEIS DISTRITAIS N.ºS 2.883/2001 E 3.000/2002, AS QUAIS AUTORIZAVAM O DFTRANS A EXPEDIR PERMISSÕES EMERGENCIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO DE CONDOMÍNIOS - STPAC. CONTUDO, A DECISÃO DECLARATÓRIA SOMENTE IMPEDIU QUE FOSSEM OUTORGADAS NOVAS PERMISSÕES PARA A EXPLORAÇÃO DAS LINHAS DE CONDOMÍNIOS, TENDO POR FUNDAMENTO AS LEIS OBJURGADAS, MAS NÃO CONFERIU AOS PERMISSIONÁRIOS JÁ EXISTENTES O DIREITO DE MANTER A EXPLORAÇÃO DO STPAC, DADA A PRÓPRIA NATUREZA DA AÇÃO.

II - O CARÁTER PRECÁRIO, UNILATERAL E REVOGÁVEL A QUALQUER TEMPO CONFERIDO À PERMISSÃO TEM SIDO AMPLAMENTE RECONHECIDO PELA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA PÁTRIAS, NOÇÃO ESTA PERFEITAMENTE COMPATÍVEL COM O SEU OBJETO, CONSISTENTE NA "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OU ATIVIDADES TRANSITÓRIAS, OU MESMO PERMANENTES, MAS QUE EXIJAM FREQUENTES MODIFICAÇÕES PARA ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA TÉCNICA OU AS VARIAÇÕES DO INTERESSE PÚBLICO, TAIS COMO TRANSPORTE COLETIVO, O ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO E DEMAIS ATIVIDADES COMETIDAS À PARTICULARES, MAS DEPENDENTES DO CONTROLE ESTATAL" (HELY LOPES MEIRELLES).

III - NESSE ASPECTO, RESSALTOU O INCISO IV, DO ARTIGO 2.º, DA LEI 8.987/95 QUE A PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO É "A DELEGACÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, MEDIANTE LICITAÇÃO, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, FEITA PELO PODER CONCEDENTE À PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE DEMONSTRE CAPACIDADE PARA SEU DESEMPENHO, POR SUA CONTA E RISCO."

IV - NOS TERMOS DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 8.987/95, FORAM EXTINTAS TODAS AS CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTORGADAS ANTERIORMENTE À LEI, SEM O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EXIGIDO A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1.988.

V - NOS TERMOS DOS ARTIGOS 2.º E 3.º DA PORTARIA N.º 37/07, A QUAL OBEDECEU AOS DITAMES DO ARTIGO 3.º DA LEI N.º 9.074, DE 07/07/1995, VERIFICA-SE QUE A AUTORIDADE IMPETRADA PROVIDENCIOU A GARANTIA DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE, INEXISTINDO, PORTANTO, A ALEGADA OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Classe do Processo : 20020110004408APC DF
Registro do Acórdão Número : 271536
Data de Julgamento : 02/05/2007

102
Fls. 62
Rubrica 6
SEÇÃO - PROCURADORIA-GERAL
DO TRIBUNAL FEDERAL

Órgão Julgador: 1ª Turma Cível

Relator: FLAVIO ROSTIROLA

Publicação no DJU: 22/05/2007 Pág.: 644

(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. TURMA. PERMISSÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DECRETO Nº 19.550/97. TCB. DMTU - DETRANS.

1. OS ÓRGÃOS FRACCIONÁRIOS DOS TRIBUNAIS PODEM DECLARAR A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS, EIS QUE O PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO APENAS INCIDE NA HIPÓTESE ÚNICA DE PROCLAMAÇÃO DA ILEGALIDADE CONSTITUCIONAL DOS ATOS DO PODER PÚBLICO (RTJ 98/877). DEMAIS, "NADA IMPORTA QUE A QUESTÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE SÓ VENHA A SER SUSCITADA, PELA PRIMEIRA VEZ, EM GRAU SUPERIOR DE JURISDIÇÃO" (BARBOSA MOREIRA);

2. DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI EM TESE, RESULTA EM MANIFESTA USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA EFETUAR O CONTROLE EM ABSTRATO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS;

3. A JUNTADA DE DOCUMENTOS, EM SEDE DE APELAÇÃO (E SUA CONSEQUENTE APRECIÇÃO), SE FAZ POSSÍVEL, RESPEITADAS DETERMINADAS CONDIÇÕES, DENTRE ELAS: QUE NÃO HAJA MÁ-FÉ; QUE SEJA OPORTUNIZADO O CONTRADITÓRIO; QUE SEJAM NOVOS; QUE NÃO POSSAM TER SIDO OBTIDOS ANTERIORMENTE; QUE SEJAM RELEVANTES À IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA; QUE SEJAM PARA PROVAR NOVOS FATOS APÓS A INICIAL OU ÚLTIMA MANIFESTAÇÃO DA PARTE OU PARA CONTRAPOR ELEMENTOS JÁ PRODUZIDOS;

4. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CONSTITUI "A DELEGAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, MEDIANTE LICITAÇÃO, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, FEITA PELO PODER CONCEDENTE À PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE DEMONSTRE CAPACIDADE PARA SEU DESEMPENHO, POR SUA CONTA E RISCO", SENDO "FORMALIZADA MEDIANTE CONTRATO DE ADESÃO, QUE OBSERVARÁ OS TERMOS DESTA LEI, DAS DEMAIS NORMAS PERTINENTES E DO EDITAL DE LICITAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO À PRECARIÉDade E À REVOGABILIDADE UNILATERAL DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE" (LEI 8.987/95, ARTS. 2º, IV, E 4º);

5. HÁ QUE SE ELEVAR O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE QUE É APLICÁVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O MENCIONADO PRINCÍPIO É ALBERGADO NOS ARTIGO 5º, INCISOS II E ARTIGO 37, CAPUT DA LEI MAIOR. NESSE SENTIDO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SÓ PODE FAZER AQUILO A QUE ESTÁ AUTORIZADA POR LEI;

6. O REMANEJAMENTO OU DESATIVAÇÃO DA OPERAÇÃO DE LINHAS, MESMO COM O "...PRÉVIO E REGULAR ESTUDO TÉCNICO..." DEVE

RESPEITAR O DECRETO Nº 19.550/97, O QUAL, ALÉM DE AUTORIZAR O DMTU A PROCEDER O REMANEJAMENTO DE LINHAS E FROTAS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, EXIGE A PARTICIPAÇÃO DA TCB COM 88 VEÍCULOS, O QUE NÃO FOI OBSERVADO NO CASO EM ESPÉCIE.

7. DIANTE DA SITUAÇÃO NARRADA NOS AUTOS, A IMPRESCINDÍVEL ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO PELA INOBSERVÂNCIA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS AUTORIZA A MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA.

8. APELOS E REMESSA NECESSÁRIA NÃO PROVIDOS*.

No quarto argumento, alegou fato superveniente, que seriam as normas da Lei Distrital 3.229/2003, o Decreto 26029/2005 e a Resolução n. 118/2005, as quais prorrogariam as concessões até 2012, de modo que seria impossível a realização de licitação como determinado, no que também não tem razão, haja vista que a sentença foi prolatada de acordo com o que existia nos autos. Deve ser levado em conta, ainda, que o Sindicato pede a reforma do julgado como um todo, o que deve ser buscado em sede de recurso.

Não é só isso. O TJDF já considerou ilegais as prorrogações feitas pelas normas mencionadas pelo Sindicato. Confira-se.

*Classe do Processo : AGRAVO REGIMENTAL NO AGI
20050020105520AGI DF

Registro do Acórdão Número : 245904

Data de Julgamento : 17/05/2006

Órgão Julgador : 4ª Turma Cível

Relator : HUMBERTO ADJUTO ULHÖA

Publicação no DJU: 01/06/2006 Pág. : 213

(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA - PRORROGAÇÕES DO PRAZO DE VALIDADE DAS PERMISSÕES E CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO D. F. - ARTIGOS DA LEI Nº 3.229/2003 - VIOLAÇÃO A NORMAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - REFORMA DA R. DECISÃO IMPUGNADA.

1. É DEVER DO ADMINISTRADOR OBSERVAR AS NORMAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM PROL DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E DOS INTERESSES DA COLETIVIDADE BEM COMO, NO PRESENTE CASO, A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

2. COMPROVADA A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E O

RECEIO DO DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO, DEFERE-SE A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA P LEITEADA, CONFERINDO INEFICÁCIA ÀS PRORROGAÇÕES DE CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTORGADAS PELOS ARTIGOS 2º, "CAPUT", E § 1º E SEUS INCISOS 3º, "CAPUT" E SEUS § 1º, E 5º, AMBOS DA LEI DISTRITAL Nº 3.229/2003, QUE AMPLIA O PRAZO DE VALIDADE DAS ATUAIS PERMISSÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL DURANTE A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES URBANOS.

3. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. AGRAVOS REGIMENTAIS PREJUDICADOS".

Illegalidade essa confirmada pelo STJ em 23.06.2009 ao julgar o REsp 954459-DF (RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL: "A TURMA, POR UNANIMIDADE, CONHECEU EM PARTE DO RECURSO E, NESSA PARTE, NEGOU-LHE PROVIMENTO".

Por tudo isso, não há que se falar em fato superveniente amparando eventual direito dos sindicalizados porque as normas invocadas são inconstitucionais e ilegais, tal como consta da ementa acima.

Quanto ao prazo para a realização da licitação, ele foi fixado porque a lei não foi obedecida e havia expresse pedido na inicial nesse sentido. Isto também constou da sentença.

"Com relação à liminar deferida (fls. 95/107), está comprovado que o necessário estudo para a realização da licitação foi feito (fls. 136/177, 204/261, 319/322 e 334/359), restando apenas a deflagração do processo licitatório.

Em razão do transcurso de mais de 20 anos da vigência da Constituição Federal de 1988 e mais de 08 anos da vigência da Lei Distrital n. 2.560/2000, estabelecendo que o processo de licitação teria seu início depois de 280 dias de sua entrada em vigor, entendo que a tutela total, quanto ao segundo pedido do Ministério Público, deve ser deferida neste momento para impor aos réus a obrigação de fazer, consistente em promover todo o processo de licitação das linhas, com os requisitos exigidos em lei, no prazo de até 180 dias, a contar da intimação da decisão. E a veiculação do edital é o primeiro ato concreto para a realização da licitação (art. 21 da Lei n. 8.666/93)".

Conforme se observa da Lei 2.560/2000, o prazo para a realização total do estudo era de 280 dias, a partir da vigência da lei, o que não foi feito, e contando que se passaram oito anos daquela previsão é que fixe o razoável

prazo de 180 dias. É certo, também, que o MP pediu a fixação em 120 dias, o que entendi, em razão do interesse público, fixar em 180 dias.

Agora, depois de quase 10 anos da entrada em vigor da lei, os embargantes vêm defendendo que o prazo não deveria ser fixado, o que é, no mínimo, um absurdo, porque do contrário o Administrador, de acordo com sua conveniência e oportunidade, não realizaria a licitação nunca ou poderia utilizar a "faculdade" da forma que quisesse, quando não foi essa a intenção no momento do ajuizamento da ação e nem o pensamento do legislador quando fez a lei.

É de se observar, ainda, que baixei decisão antecipatória para que a licitação fosse realizada em 180 dias a contar da intimação, do que os embargantes foram intimados pessoalmente e da decisão cabia recurso (agravo de instrumento para suspender seus efeitos), não havendo notícias nos autos de que eles tenham sido aviados. Em diversas entrevistas que vi, o Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal declarou que não recorreria da decisão e que a cumpriria, sendo aquela a intenção da política do governo, mas o que se viu foi outro posicionamento, tendo em vista a apresentação dos embargos, questionando justamente a fixação de prazo.

Como o próprio autor da ação manifestou seu desinteresse no cumprimento total da antecipação de tutela, apenas a modificarei, tal como me permite a lei, para que novos estudos sejam feitos pelo Distrito Federal e DFTRANS, em até 120 vinte dias, a partir da intimação desta decisão e que a licitação seja concluída em até 180 dias a partir do prazo de encerramento dos estudos, mantendo-se, no mais, o que se decidiu.

Com relação à multa fixada, entendo por bem reduzi-la para R\$10.000,00, haja vista que os recursos são públicos, só que sem sua fixação, que pode levar à responsabilização pessoal do Administrador, as decisões não têm efetividade. Ademais, havendo decisão judicial eventualmente suspendendo a realização da licitação, a multa ficará suspensa, haja vista que aí não haveria decisão do administrador.

Com os esclarecimentos acima, acolho parcialmente os embargos apresentados pelo Ministério Público, Distrito Federal e DFTRANS, para modificar o dispositivo da sentença, o qual passará a ter a seguinte redação:

"Em face do exposto, com base no art. 269, I, do Código de Processo Civil, confirmando os efeitos da liminar de fls. 95/107, julgo procedentes os pedidos formulados pelo Ministério Público, a fim de:

a) impor ao Distrito Federal e DFTRANS, obrigação de fazer consistente em realizar (iniciar e encerrar), no prazo de até 120 (cento e vinte dias), novos ESTUDOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA PROMOVER LICITAÇÃO QUE ENGLOBE AS NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS, A QUANTIDADE DE FROTA ALOCADA ANTES E DEPOIS DA CF DE 1988, SEM RESPALDO EM PRÉVIO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, BEM COMO AS PERMISSÕES QUE VÊM SENDO EXPLORADA POR MAIS DE 10 ANOS, DEVENDO TAIS ESTUDOS PREVEREM SOLUÇÕES PARA ELIMINAR E EVITAR A FORMAÇÃO DE OLIGOPÓLIOS; e

b) impor aos réus, Distrito Federal e DFTRANS, após o transcurso do prazo acima, obrigação de fazer consistente em promover a licitação (iniciar e encerrar), no prazo de 180 dias, para admissão de tantos novos concessionários quanto admitir o sistema de transporte público convencional do Distrito Federal, conforme o novo estudo que deve ser realizado, bem como promover as medidas necessárias para eliminar e evitar a formação de oligopólios.

Por isso, declaro o feito resolvido no mérito.

Com base no art. 461, "Caput" e § 3º, c/c o art. 273, § 4º, do Código de Processo Civil, concedo a tutela específica requerida na inicial para impor aos réus (DF e DFTRANS), como se passaram mais de 21 anos da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 e mais de 09 anos da vigência da Lei Distrital n. 2.560/2000 estabelecendo que o processo de licitação teria seu início depois de 280 dias de sua entrada em vigor, a obrigação de fazer consistente nas determinações acima, a contar da intimação desta decisão.

Para efetividade e cumprimento da decisão judicial, e com base no art. 11 da Lei n. 7.347/85, fixo multa diária de R\$10.000,00, a contar dos 400 dias para cumprimento do que aqui se decidiu, a ser paga pelos réus (Distrito Federal e DFTRANS), para o caso de descumprimento.

Intimem-se os réus (Distrito Federal e DFTRANS), pessoal e imediatamente, para cumprimento da modificação da tutela específica.

Sem custas, porque os réus são isentos delas e o Ministério Público não as adiantou para eventual reembolso. Sem honorários "já que o Ministério Público não poderia recebê-los, ademais não há condenação de honorários na ação civil pública movida pelo Ministério

Público e julgada procedente, por ser vedado ao autor recebê-los" (RT 729/202).

Anote-se quanto à condição de assistente do SESTRANSP, no pólo passivo. Sem custas e sem honorários para a intervenção, uma vez que ingressou na ação quando o feito aguardava apenas a prolação de sentença.

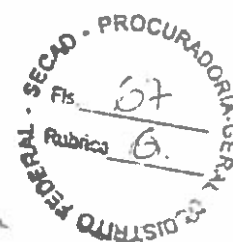
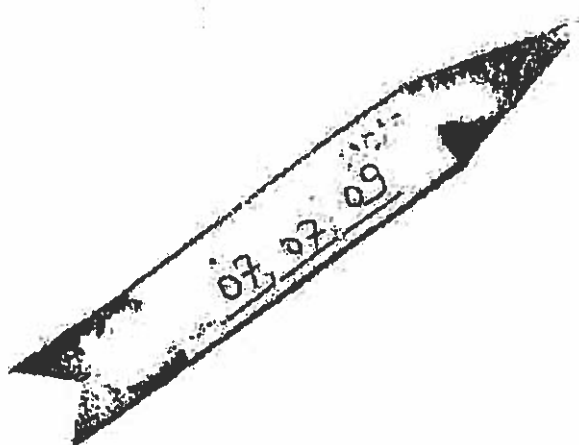
Sentença sujeita ao reexame necessário, cujos autos, não havendo recursos voluntários, devem ser enviados ao TJDFT para os devidos fins".

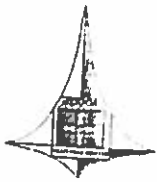
Oportunamente, dê baixa e arquivem-se.

P.R.I.

Brasília - DF, 24 de junho de 2009.

Arnaldo César Silva
Juiz de Direito





**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



OFÍCIO Nº 70/2014 - GAB/ST

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

Senhor Desembargador,

Em atenção ao Ofício n.º 1663/SCem, recebido nesta Secretaria em 17 de janeiro de 2014, em que são requisitadas informações a respeito da peça vestibular do Mandado de Segurança n.º 2013.00.2.029826-0, impetrado pela VIPLAN – Viação Planalto Ltda., apresentamos as seguintes considerações:

A demanda judicial em apreço visa, liminarmente, a suspensão da eficácia da Notificação n.º 1/2013 a fim de obrigar o Governo do Distrito Federal a manter a Autora na prestação dos serviços de transporte público coletivo até decisão definitiva do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs 2013.00.2.027529-2 e 2013.00.2.027406-4 ou o conserto da Notificação e nova data de publicação retificada, nos termos da lei e não de projeto de lei. No mérito requer a procedência da Ação em definitivo; a declaração de abusiva e ilegal a conduta relacionada ao descumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC n.º 86/2013 e/ou os termos da notificação, com a sua necessária republicação; a condenação do Distrito Federal na obrigação de pagar as verbas rescisórias previstas na Cláusula do TAC firmado entre as partes em 14 de outubro de 2013.

Excelentíssimo Senhor
WALDIR LEÔNIO C. LOPES JÚNIOR
Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF
Conselho Especial do TJDF
Brasília-DF

141

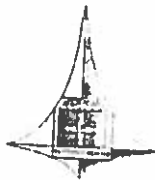
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CONSELHO ESPECIAL
27/01/2014 18:00:52

621



Secretaria de Estado de Transportes
Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, sala 1501, Brasília - DF
Telefone: (061) 3441-3402



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



Alega a Autora que em 2011 o Governo do Distrito Federal em contrariedade a determinação contida na Ação Civil Pública n.º 2001.01.1.010242-8, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, lançou Edital para licitar as linhas atualmente operadas pela Autora, quando o certame deveria ser para convocar os concessionários a modificarem e adaptarem novas frotas a um sistema a ser criado mediante projetos técnicos, que viessem a integrar e melhorar o sistema urbano do Distrito Federal.

Argumenta, também, que foi editado o Decreto n.º 33.556/2012 sem amparo legal para dispor a respeito da expulsão dos concessionários, que de forma legítima e legal mantinham o sistema de atendimento de transporte público à população menos favorecida.

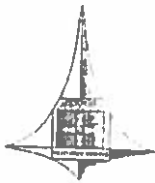
Informa a Autora que ela e todas as outras empresas integrantes do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF não possuem condições de arcar com as verbas rescisórias dos seus mais de doze mil empregados, de forma açodada, com fundamentos que exigem uma melhor averiguação quanto à legitimidade e a oportunidade dos procedimentos adotados pelo ente público. Salaria que os documentos comprobatórios dessa afirmação encontram-se na mediação n.º 416/2013, que tramita no âmbito da PRT da 10ª Região, onde consta declaração expressa do sindicato patronal nesse sentido.

Sustenta a Autora que foi celebrado o TAC n.º 86/2013, em que o Distrito Federal assumiu o compromisso de quitar as seguintes verbas rescisórias dos seus empregados: décimo terceiro salário proporcional, férias vencidas do último período aquisitivo completas e proporcionais acrescida do terço constitucional e multa legal do FGTS, aviso prévio e a garantia a proporcionalidade prevista na Lei n.º 12.506/2011.

Aduz que foi promulgada a Lei n.º 5.209, de 30 de outubro de 2013, em que o Distrito Federal assume o pagamento das verbas rescisórias diretamente

Página 2





**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



aos empregados contratados pelas empresas que não mais operarão o STPC/DF, sub-rogando-se o direito de crédito. Informa a respeito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs 2013.00.2.027529-2 e 2013.00.2.027406-4 da mencionada Lei.

Afirma que foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 5 de novembro de 2013, pág. 63, Edital de Notificação noticiando que ela, a Autora, deveria encerrar a prestação dos serviços às 23:59h de 6 de dezembro de 2013. Sustenta que esse Edital de Notificação carece de fidelidade e legitimidade, visto não trazer expressa menção à Lei n.º 5.209/2013 e sim ao Projeto de Lei n.º 1668/2013.

Sustenta que há iminente risco de prejuízo aos trabalhadores da categoria, uma vez que declarada a inconstitucionalidade da Lei n.º 5.209/2013 e encerrada a prestação de serviço pela Autora, os mais de três mil empregados dela estarão desempregados e sem condições de receber as verbas rescisórias garantidas pelo TAC acima citado.

Ante essas argumentações trazidas na exordial, faz-se imprescindível elucidar, a seguir, os fatos a fim de comprovar que a presente Ação é insubsistente, desprovida de elemento probatório, pelo que deve ser julgada improcedente.

1 - PRELIMINARES

Antes de adentrarmos nas razões de insubsistência do presente *mandamus*, faz-se os esclarecimentos a seguir acerca da situação jurídica da Autora VIPLAN – Viação Planalto Ltda.

Primeiro, é de se observar que a Autora foi até os últimos dias do ano de 2013 uma das prestadoras do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal e, pelo fato de não possuir saúde fiscal e financeira, não atendeu às



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



condições e exigências editalícias impostas pelo Edital da Concorrência n.º 1/2011 – ST, que visou justamente a renovação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, mediante a contratação de empresas idôneas, com condições de realizar os investimentos demandados pelo setor e garantir a prestação de um serviço de qualidade aos usuários, em prol do interesse público.

Ciente de que não atenderia às condições de habilitação exigidas pelo referido instrumento convocatório, a Autora, visando se perpetuar na prestação precária dos serviços objeto da Licitação, ajuizou, dentre representações propostas perante a Corte de Contas, ações judiciais e recursos, nada menos do que 15 medidas com fim de suspender e/ou anular a Concorrência n.º 1/2011 – ST. Ademais, formulou esclarecimentos e impugnou o edital de licitação por diversas vezes.

A astúcia protelatória da Autora, entretanto, não logrou êxito, tendo o Certame prosseguido regularmente, pois, além do interesse público em jogo, as decisões de inabilitação da referida empresa, no Certame, e o conteúdo do Edital diversas vezes impugnado são absolutamente idôneos.

A despeito das inúmeras decisões judiciais desfavoráveis, em abril de 2013, a VIPLAN impetrou mais 05 (cinco) mandados de segurança perante esse Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, distribuídos sob os números 2013.00.2.008852-7; 8828-7; 8853-5; 8856-8 e 8865-6, visando, mais uma vez, obstar o regular prosseguimento da Concorrência. Todos os mandados de segurança citados tiveram o pedido liminar indeferido.

Considerando o histórico antes mencionado, fica evidenciado que a VIPLAN – Viação Planalto Ltda. possui uma única e exclusiva intenção, qual seja: **perpetuar-se indefinidamente na péssima e caótica prestação do serviço de transporte público coletivo Distrito Federal, que tanto aflige a população local.**



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



Por tais motivos é que se impõe a **extinção da presente Ação**, sem julgamento do mérito, reconhecendo-se a perda de objeto do pedido, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

2 – DAS ALEGAÇÕES DA AUTORA

2.1 Da Ação Civil Pública n.º 2001.01.1.010242-8

Da simples leitura da Sentença prolatada no âmbito da Ação Civil Pública em apreço conclui-se que o determinado pelo juízo refere-se à abertura de licitação, amparada em estudos técnicos prévios, a fim admitir tantos novos concessionários quanto admitir o Sistema de Transporte Público Coletivo convencional do Distrito Federal, consoante transcrito a seguir:

"Em face do exposto, com base no art. 269, I, do Código de Processo Civil, confirmando os efeitos da liminar de fls. 95/107, julgo procedentes os pedidos formulados pelo Ministério Público, a fim de:

a) impor ao Distrito Federal e DFTRANS, obrigação de fazer consistente em realizar (iniciar e encerrar), no prazo de até 120 (cento e vinte dias), novos ESTUDOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA PROMOVER LICITAÇÃO QUE ENGLOBE AS NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS, A QUANTIDADE DE FROTA ALOCADA ANTES E DEPOIS DA CF DE 1988, SEM RESPALDO EM PRÉVIO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, BEM COMO AS PERMISSÕES QUE VÊM SENDO EXPLORADA POR MAIS DE 10 ANOS, DEVENDO TAIS ESTUDOS PREVEREM SOLUÇÕES PARA ELIMINAR E EVITAR A FORMAÇÃO DE OLIGOPÓLIOS; e

b) b) impor aos réus, Distrito Federal e DFTRANS, após o transcurso do prazo acima, obrigação de fazer consistente em promover a licitação (iniciar e encerrar), no prazo de 180 dias, para admissão de tantos novos concessionários quanto admitir o sistema de transporte público convencional do Distrito Federal, conforme o novo estudo que deve ser realizado, bem como promover as medidas necessárias para eliminar e evitar a formação de oligopólios.

Dessa forma, o entendimento da Autora de que a Administração descumpriu a determinação do susodito *Decisum* na medida em que lançou o certame para licitar as suas linhas, quando o correto, segundo ela, seria convocar as concessionárias a modificarem e adaptarem novas frotas a um sistema a ser criado





**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



mediante projetos técnicos, que viessem integrar e melhorar o sistema urbano do Distrito Federal, afigura-se completamente equivocado e desprovido de razão.

Imperioso salientar que a Autora não possuía contrato de permissão ou concessão válido nos termos da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou seja, atuava de forma precária no Distrito Federal, não assistindo razão o fato de que tal operação deveria ser perpetuada, sem prévio procedimento licitatório, apenas com adequações de sua frota.

2.2 Do Decreto n.º 33.556/2012

O Decreto n.º 33.556, de 1º de março de 2012, dispôs, com esteio na legislação afeta à matéria, a respeito do encerramento das delegações precárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF e estabeleceu a garantia de continuidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo durante o período de transição para as novas concessões.

Essa medida visou não interromper a prestação dos serviços de transporte público coletivo à população no momento da transição do antigo modelo para o modelo inaugurado com a Concorrência n.º 1/2011-ST.

Salutar registrar que foram abarcados pelo supracitado normativo os operadores que prestavam os serviços amparados em contratos não precedidos de licitação ou que possuíam prazo indeterminado de vigência, consoante preceito do art. 1º:

Art. 1º A prestação dos serviços de transporte público coletivo pelos atuais operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, amparada em contratos não precedidos de licitação ou que possuam prazo indeterminado de vigência, encerrar-se-á no dia imediatamente anterior à data de início da operação das novas concessões do serviço, oriundas de prévia licitação na modalidade de concorrência pública a ser promovida pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal.

Dessa forma, os operadores atingidos pelo Decreto n.º 33.556/2012, diferentemente do sustentado pela Autora, não prestavam os serviços de forma



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



legítima e legal, visto que não atendiam à legislação pátria vigente (art. 175 da Carta Magna de 1988, Lei n.º 8.987/1995).

Assim, não assiste razão o argumento de que o Decreto acima citado dispôs a respeito da expulsão de concessionários que operavam de maneira legítima e legal no STPC/DF.

2.3 Do TAC n.º 86/2013

O TAC n.º 86/2013 visou regular as obrigações das operadoras que saíam do STPC/DF em face da entrada das novas concessionárias oriundas da Concorrência n.º 1/2011 - ST; das novas concessionárias; do Distrito Federal; do DFTRANS; e dos Sindicatos patronal e dos trabalhadores no que tange a alocação e pagamento das verbas dos trabalhadores da categoria rodoviária ao visio de não comprometer o recebimento dos direitos dos empregados, bem como a operação do novo modelo do STPC/DF.

Nesse contexto e de acordo com as obrigações pactuados no reportado Instrumento, foi apresentado à Câmara Legislativa do Distrito Federal o Projeto de Lei n.º 1668/2013 a fim de ser autorizado o pagamento das verbas rescisórias dos empregados rodoviários da empresa da Autora, entre outras.

Ainda, em conformidade com as cláusulas do TAC n.º 86/2013 esta Pasta expediu, após a aprovação do Projeto de Lei n.º 1668/2013 pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, os Ofícios n.ºs 1393/2013 - GAB/ST e 1400/2013 - GAB/ST, ambos de 4 de novembro de 2013, à Autora noticiando que os serviços deveriam ser encerrados às 23:59h de 6 de dezembro de 2013 nas regiões relacionadas às bacias 1 e 2 da Concorrência n.º 1/2011-ST.

Insta trazer à baila a Cláusula Vigésima do TAC n.º 86/2013:

O DF comunicará às atuais empresas operadoras do sistema sobre o encerramento de operação das suas linhas, observando o disposto no Decreto n.º 33.556/2012, somente após a aprovação do projeto de lei acima referido; (grifos nosso)



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



Importa mencionar, também, o que dispunha o Decreto n.º 33.556/2012 acerca da notificação dos operadores:

Art. 1º A prestação dos serviços de transporte público coletivo pelos atuais operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, amparada em contratos não precedidos de licitação ou que possuam prazo indeterminado de vigência, encerrar-se-á no dia imediatamente anterior à data de início da operação das novas concessões do serviço, oriundas de prévia licitação na modalidade de concorrência pública a ser promovida pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal.

§ 1º A Secretaria de Estado de Transportes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, comunicará aos operadores referidos no caput deste artigo a data em que deverá ser encerrada a prestação dos serviços. (grifos nosso)

Ante os preceitos estabelecidos acima, verifica-se que esta Secretaria somente poderia notificar os operadores a encerrar os serviços após a aprovação do Projeto de Lei n.º 1668/2013, que ocorreu em 22 de outubro de 2013, conforme tramitação anexa, e com antecedência mínima de trinta dias.

Nesse sentido, as notificações consubstanciadas nos citados Ofícios n.ºs 1393/2013 – GAB/ST e 1400/2013 – GAB/ST foram expedidas em 4 de novembro de 2013, com 32 (trinta e dois) dias de antecedência.

Ocorre que a Autora, contrariando as obrigações assumidas no TAC, recusou-se a receber os sobreditos Ofícios, conforme cópias anexas.

Diante dessa recusa da Autora e da premente necessidade de iniciar a operação das novas concessionárias oriundas da Concorrência n.º 1/2011 – ST, foram publicados os Editais de Notificação n.ºs 1 e 4/2013 no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n.º 230, pág. 5, de 5 de novembro de 2013, com o fito de noticiar acerca do encerramento da operação pela Autora e, ainda, com o objetivo precípuo de não comprometer o cronograma do novo modelo do STPC/DF.

Observe-se que o prazo mínimo de trinta dias para a notificação, estabelecido no Decreto n.º 33.556/2013, foi plenamente respeitado por esta Secretaria, haja vista que os Editais de Notificação foram publicados no DODF em 5



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



de novembro de 2013 e a data de encerramento da operação referia-se a 6 de dezembro de 2013. Dessa forma, houve antecedência de 31 (trinta e um) dias.

Urge registrar que a recusa da Autora em receber as notificações foi informada ao Ministério Público do Trabalho, consoante Ofício n.º 1416/2013 – GAB/ST, cópia anexa, uma vez que a Autora não estava respeitando as obrigações pactuadas.

Ante o delineado, resta claro que os Editais de Notificação n.ºs 1 e 4/2013, publicados no DODF de 5 de novembro de 2013, atenderam plenamente as regras estatuídas na Cláusula Vigésima do TAC n.º 86/2013, que fixou como marco para notificação a aprovação do projeto de lei e não a sanção ou promulgação da lei dele advinda, não assintindo, portanto, razão à Autora quando argui que as notificações carecem de fidelidade e legitimidade.

Ademais, afigura-se que a Autora ao se recusar a receber os Ofícios n.ºs 1393/2013 – GAB/ST e 1400/2013 – GAB/ST pretendia postergar o encerramento de sua operação à revelia do preceituado no TAC e, por conseguinte, permanecer com sua operação precária no STPC/DF, criando obstáculos ao novo modelo do Sistema, prejudicando, por fim, os usuários do transporte público coletivo do Distrito Federal.

2.4 Da Lei n.º 5.209, de 30 de outubro de 2013

A Lei n.º 5.209/2013 tratou de alterar a Lei n.º 4.011, de 12 de setembro de 2007, ao visio de possibilitar o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores rodoviários no caso que especificava.

É certo que essa alteração introduzida pela Lei n.º 5.209/2013 decorreu dos dispositivos do TAC n.º 86/2013.

Ocorre que as Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs 2013.00.2.027406-4 e 2013.00.2.027529-2, propostas, respectivamente, pela



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário



Procuradora Geral de Justiça do Distrito Federal, em exercício, e pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal, lograram êxito nos pedidos de liminares de forma que foi suspensa a vigência dos arts. 12, § 4º e § 7º, 52, VI, letras "a", "b" e "c", 61, IV, todas da Lei n.º 4.011/2007 com a redação dada pela Lei n.º 5.209/2013, até o julgamento do mérito, conforme Acórdão anexo.

Em face dessa Decisão desse colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF os mencionados dispositivos legais não podem ser aplicados.

2.5 Da assunção dos serviços da Autora

Salutar informar a esse egrégio Tribunal que em face dos graves riscos que a operação precária da Autora vinham causando ao STPC/DF, o Governo do Distrito Federal não teve alternativas a não ser assumir os serviços da Autora.

Nesse sentido, foi publicado o Decreto n.º 35.002, de 20 de dezembro de 2013, versando a respeito da assunção dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal até então prestados pela Autora, conforme cópia anexa.

Diante da mencionada assunção, realizada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, afigura-se que a demanda engendrada na presente Ação perdeu seu objeto, visto que o Poder Público assumiu os serviços até então ofertados pela Autora.

Ante as considerações ora apresentadas, reputamos ter aclarado a esse colendo Tribunal de Justiça que os argumentos trazidos pela Autora na peça vestibular são inconsistentes e infundados, motivo pelo qual não merecem ser conhecidos por esse juízo.



3 - DA INEXISTÊNCIA DE *PERICULUM IN MORA* E DO *FUMUS BONI IURIS*.

Diante das razões expostas anteriormente, não se vislumbra direito líquido e certo em favor da Impetrante.

O art. 1º da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, prevê que "conceder-se-á mandado de segurança para proteger **direito líquido e certo**, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça."

Sobre o tema, disserta o mestre Hely Lopes MEIRELLES:

"Quando a lei alude a *direito líquido e certo*, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, *direito líquido e certo* é *direito comprovado de plano*. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança. (...) Por se exigir situações e fatos *comprovados de plano* é que não há instrução probatória no mandado de segurança"¹

Pela análise dos autos, facilmente se percebe que a Impetrante não demonstra, de plano, preencher o requisito do direito líquido e certo.

A Autora alega que haveria receio de dano irreparável acaso não deferido o seu pedido de tutela antecipada, porque "provocará um dano coletivo, FATO QUE JÁ ESTÁ OCORRENDO COM O CUMPRIMENTO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2013 da Secretaria de Estado de Transportes" onde, segundo alega, "famílias inteiras ficarão desamparadas da noite para o dia".

Ora, doutos Julgadores, a arguição de *periculum in mora* da Autora pode ser rechaçada bastando a rasa análise de que o caso em comento trata-se de Mandado de Segurança, ação tipicamente privada e não popular, portanto, o pretendido pela autora não é impedimento de DANO COLETIVO, mas disfarçada

¹MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de Segurança*. 23ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001. p. 36.



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



defesa de interesses próprios. Se pretendesse mesmo pugnar pela proteção de direito difuso ou coletivo, a ação seria Popular, razão pela qual não há que se falar em perigo na demora por pretensão dano a seus empregados quanto ao recebimento de suas rescisões.

O fundado receio de prejuízo irreparável ou de difícil reparação a autorizar antecipação dos efeitos da tutela, *in casu*, poderia ser apenas diretamente para a Autora, pois errou ao deixar de prever o pagamento das verbas rescisórias de seus empregados— o que não se vislumbra no feito e não foi demonstrado em nenhum momento na peça exordial.

Inclusive, rememore-se que a Autora foi inabilitada da Concorrência n.º 1/2011-ST, não dispondo das condições para ser contratada pelo Poder Público. Portanto, é inegável que esta não sofre nenhum prejuízo direto, passível de amparo judicial. A demissão de seus empregados era certa, sabida, esperada.

Assim, enquanto se julga o mérito do presente mandamus, o serviço de transporte público coletivo deve seguir sendo prestado com qualidade, conforme tem sido realizado pelas novas concessionárias e pela TCB.

Contrariamente ao alegado pela Autora, o pedido de tutela antecipada, acaso deferido, acarretará em prejuízo reverso ao interesse público, pois obriga a população do Distrito Federal a permanecer na caótica prestação do serviço que vinha sendo prestado pela VIPLAN, com ônibus sucateados.

Portanto, é de se ver que não há qualquer potencial de lesão irreparável ou de difícil reparação se não acolhido o pleito de tutela antecipada formulado pela Autora. Pelo contrário, o indeferimento do pleito liminar assegurará à população do Distrito Federal a prestação de um serviço público de qualidade, com veículos novos, em situação inversa a até então vivenciada.



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



Salienta-se, ainda, que todas as concessionárias já começaram a prestar serviços, usando veículos adquiridos em 2013, já estando a população resguardada de prejuízo, e o absurdo pedido liminar da Autora, à toda aparência, resultaria ser retomado os serviços que vinham sendo atendidos pela empresa em péssimas condições a partir de contratos precários celebrados sem licitação.

Em outras palavras, não apenas não se vislumbra *periculum in mora* em favor da Autora, mas também é inegável a concretização de uma série de prejuízos diretamente aos usuários do transporte público coletivo do Distrito Federal acaso for acolhida a pretensão por ela postulada liminarmente.

4 - PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) Seja indeferido o pedido da Autora de antecipação dos efeitos da tutela, ante a ausência dos requisitos necessários – *fumus boni iuris* e *periculum in mora*;
- b) Seja reconhecida a carência de ação por falta de interesse processual, extinguindo-se a ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC;
- c) Em sede de julgamento final, no mérito, requer seja denegada a segurança, nos termos dos fundamentos anteriormente expostos.
- d) Seja a Autora condenada aos consectários de sucumbência;

Sendo estas as informações que nos compelia prestar, por oportuno, roga-se pelo DEFERIMENTO dos pedidos acima listados.

Atenciosamente,

JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO
Secretário de Estado de Transportes



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Gabinete do Secretário**



5 – ANEXOS (Seguem em DVD)

- 1- Cópias dos Ofícios n.º 1393/2013-GAB/ST e 1400/2013-GAB/ST;
- 2 – Editais de Notificação n.ºs 1 e 4/2013;
- 3 – Ofício n.º 1416/2013 – GAB/ST;
- 4 – Tramitação do Projeto de Lei n.º 1668/2013
- 5 – Acórdão prolatado nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade da Lei n.º 5.209/2013
- 6 – Instrumentos de permissão de operação da VIPLAN





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Órgão : CONSELHO ESPECIAL
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número : 2013 00 2 029826-0
Impetrante(s) : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA
Informante(s) : SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Informante(s) : SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES
Litisconsorte(s) : DISTRITO FEDERAL
Passivo(s)
Relator : Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR

DECISÃO

VIPLAN – Viação Planalto Ltda. impetrou mandado de segurança contra ato praticado pelo Secretário de Estado de Administração Pública e pelo Secretário de Transportes do Distrito Federal, consubstanciado na expedição da Notificação n. 01/2013, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, com vista a *"encerrar, às 23:59h do dia 06 de dezembro de 2013, os serviços de transporte público coletivo prestados na região referente à Bacia 01 (Lote 01) da Concorrência n. 01/2011 – ST, objeto do Contrato de Concessão n.º 11/2013 – ST, celebrado com a Viação Piracicabana Ltda."* (fl. 27).

A empresa impetrante sustenta que o Distrito Federal se comprometeu a quitar as verbas rescisórias de seus funcionários, por meio do Termo de Ajustamento de Conduta n. 86/2013 firmado entre o Governo do Distrito Federal e as empresas integrantes do Sistema de Transportes Públicos Coletivos – STPC, perante o Ministério Público do Trabalho.

Afirma a impetrante que o Edital de Notificação n. 01/2013 carece de fidelidade e de legitimidade, porquanto não faz referência à Lei n. 5.209/2013, objeto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 2013.00.2.027529-2 e n. 2013.00.2.027406-4, bem ainda porque diverge do



Código de Verificação: LCQL.2014.ZXIG.UQND.EEYH.64WD

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Explico.

Da leitura do inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal, infere-se que será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Em consonância com a citada regra constitucional está o art. 1º da Lei n. 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, segundo o qual *"conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça"*.

Em termos rigorosos, o uso do mandado de segurança é permitido contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica, com vista à proteção de direito líquido e certo. Este direito, por sua vez, *"é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória. Trata-se de direito 'manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração'"*¹.

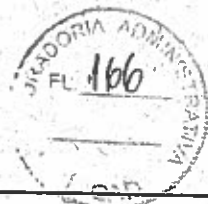
No caso, não há direito líquido e certo a ser amparado por mandado de segurança.

¹ Lenza, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 15 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2011, p. 945.



Código de Verificação: LCQL.2014.ZXIG.UQND.EEYH.64WD

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

do resultado do recurso que ela apresentou contra sua inabilitação para prosseguir no certame.

A empresa foi inabilitada para prosseguir na licitação por ter deixado de apresentar provas de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal, à Fazenda do Distrito Federal, à Seguridade Social, dentre outras certidões que deveria apresentar, de acordo com o edital de licitação.

Segundo a decisão do juiz, a VIPLAN "não apresentou as certidões exigidas pelo edital de licitação no ato de habilitação, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal, não demonstrou esta regularidade quando da apresentação do recurso administrativo e nem quando do ajuizamento do presente mandado de segurança".

Para o magistrado, "trata-se de empresa que atua há muitos anos na atividade de transporte coletivo, mas optou por se manter irregular. Portanto, a causa determinante da sua exclusão é a sua própria vontade de não recolher os tributos devidos ao fisco, federal e distrital".

O juiz ainda ressalta que o indeferimento do recurso administrativo da empresa, contra sua inabilitação, foi regularmente publicado, contrariamente ao que alegava a VIPLAN. (grifo nosso)

A três, porque também é fato público e notório a intervenção do Distrito Federal na empresa impetrante em razão de sua péssima administração e da baixa qualidade dos serviços prestados à população, prescindindo de prova nesse sentido.

A título de esclarecimento, confira-se a publicação, no Correio Brasiliense, do dia 23.12.2013, sobre a intervenção do Distrito Federal na empresa impetrante:



Código de Verificação: LÇQL.2014.ZXIG.UQND.EEYH.64WD

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.



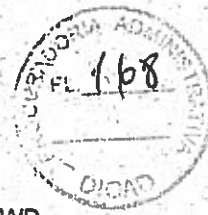
É de se concluir, portanto, pelo indeferimento da petição inicial, uma vez que ausentes os requisitos autorizadores do instrumento mandamental, seja no tocante à exigibilidade do direito líquido e certo seja quanto à configuração de ilegalidade ou abuso de poder por parte do ente público impetrado.

Trago à balha jurisprudência nesse sentido. Confira-se:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. AGEFIS. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

1. O mandado de segurança é ação constitucional que visa proteger "direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça" (artigo 1º, da Lei 12.016/2009).

2. Exige-se, no writ, a demonstração inequívoca, mediante prova pré-constituída, do direito líquido e certo invocado pelo impetrante. 2.1. Segundo as lições de José dos Santos Carvalho Filho, direito líquido e certo "é aquele que pode ser comprovado de plano, ou seja, aquela situação que permite ao autor da ação exibir desde logo os elementos de prova que conduzem à certeza e à liquidez dos fatos que amparam o direito. Se o impetrante não tem esses elementos logo no início do mandado de segurança, não pode se valer desse instrumento, mas sim das ações comuns." (in Manual de Direito Administrativo, ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2004, p. 854).



Código de Verificação: LCQL.2014.ZXIG.UQND.EEYH.64WD

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Fica prejudicada a análise dos demais pedidos.

Ante o exposto, **DENEGO** o mandado de segurança, com fulcro nos art. 6º, § 5º, da Lei n. 12.016/2009, e **JULGO EXTINTO** o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, I, do CPC.

Custas pela impetrante; sem honorários.

Operada a preclusão, arquivem-se.

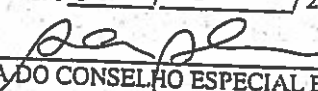
I.

Brasília / DF, 9 de junho de 2014.

Desembargador WALDIR LEÔNIO C. LOPES JÚNIOR
Relator

Documento assinado digitalmente em 09/06/2014 12:52:11

DECISÃO ENVIADA À PUBLICAÇÃO – PAUTA Nº 127
EM 20 / 6 / 2014


SECRETARIA DO CONSELHO ESPECIAL E DA MAGISTRATURA

(...).



Código de Verificação: LCQL.2014.ZXIG.UQND.EEYH.64WD

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.

